



1 **APROVADA EM 26/01/2022.** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE
2 TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BAÍA
3 DE GUANABARA DO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS
4 LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUA – CBH- BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No
5 dia 09 de setembro de 2021, quinta-feira, às 16h, deu-se a Reunião Extraordinária do Grupo
6 de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Bacia por videoconferência com a seguinte
7 pauta: **1) Explicação e simulação por parte da RHA acerca da metodologia para**
8 **priorização dos programas e ações para o RP07 do Plano de Recursos Hídricos.** João
9 Coimbra perguntou se tinha alguma apresentação. Andreia Pedroso informou que sim, e
10 apresentou a Economista Heloisa de Puppi e Silva que, juntamente Kássia Bazzo, ficaria
11 responsável pela apresentação. Andreia iniciou a projeção da metodologia de priorização
12 das ações do Plano de Ações. Foi apresentado o guia principal que seria Metodologia de
13 Priorização, contendo suas grandes categorias que seriam a priorização técnica subdividida
14 em característica de execução da ação e prazo de execução da ação; e priorização
15 financeira contendo disponibilidade de recurso e estrutura organizacional. A priorização das
16 ações conforme Matriz Urgência x importância foi dividida em cenários: quando alta e
17 urgente a ação precisa ser imediata; média e urgente o mais rápido possível; importante e
18 alta extremamente importante devido a sua gravidade: importância e média classificada
19 como importante. Foi apresentada a matriz de urgência e falado sobre o peso de cada
20 cenário. O primeiro critério da priorização financeira é a disponibilidade de recursos,
21 classificada em alta (liberação imediata - recursos da cobrança), média (precisa de projeto
22 ou articulação - outras fontes) e baixa (precisa entrar na agenda - outras fontes). Já o
23 segundo critério seria acesso aos recursos, classificado por negociação interna (cobrança -
24 aprovação do comitê), negociação externa direta (negociação direta entre o Comitê e a
25 Empresa de Saneamento, Governo Municipal, Estadual ou Federal) e negociação externa
26 indireta (necessidade de intermediação entre o Comitê e a Empresa de Saneamento,
27 Governo Municipal, estadual ou Federal, Organismos Internacionais, Empresas, outros).
28 Exemplo de aplicação da metodologia de priorização: passo 1 - Ações de custeio contínuas
29 ou pontuais (priorização técnica e submeter ao Comitê para avaliar disponibilidade de corpo
30 técnico); passo 2 - ações com valores exceto custeio (ações contínuas que são os recursos
31 da cobrança, submeter ao Comitê para avaliar disponibilidade de corpo técnico); passo 3 -
32 ações com valores exceto custeio (organização conforme duração da ação, ações pontuais
33 sendo recursos da cobrança e outras fontes, submeter ao Comitê para avaliar preferência
34 de Negociação). Heloisa falou sobre o retorno do envio do formulário e negociar um prazo
35 de retorno. José Paulo Azevedo disse para realizar um planejamento e quando precisar do
36 edital estar certo. Jose Paulo disse que o comitê está descentralizado e mais participativo
37 com 6 subcomitês e as tomadas de decisões dos recursos são alocados aos subcomitês.
38 Heloisa disse que os critérios estão abertos e que não seria difícil inserir essa alternativa dos
39 recursos do comitê que requerem elaboração do termo de referência e leva um tempo maior
40 para poder disponibilizar o recurso ou alcançar, mesmo quando o recurso está pronto, é
41 necessário o termo de referência. José Paulo fala sobre o entendimento dos subcomitês
42 para que a entidade delegatária contratada dispare os processos, por isso, são necessárias
43 algumas melhorias. Heloisa apresentou uma planilha com todas as ações dos projetos e
44 atividades, informando os recursos. João disse que na época que conversou com a Aline
45 Mizukawa, ela explicou que quando entregaram a primeira matriz que subsidiou as oficinas



46 e que foram validadas na última reunião do GTA Plano, todas as linhas do PAP, a RHA
47 analisou e forma contempladas na matriz de alguma forma. Além disso, através das análises
48 puderam incorporar outras linhas que não estavam dentro do PAP. José Paulo disse que
49 seria ideal o saber a disponibilidade do INEA e se teria como disponibilizar os dados. Luiz
50 Constantino disse que não tem certeza, mas que se já tivesse sido deliberado, já teria acesso
51 no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH. José Paulo perguntou
52 quem da equipe do Comitê estaria fazendo isso, porque teria uma interface com o INEA,
53 mas vê o escritório de projetos com mais facilidade em interagir. João disse que a Marcia
54 Chaves do INEA sempre é prestativa e quando é solicitado a tabela, ela manda atualizada.
55 João fala sobre a necessidade de ter que atualizar frequentemente a tabela do CNARH,
56 sendo uma análise contínua de acordo com o processo. No produto do plano de
57 instrumentos de gestão que a RHA traz uma análise, inclusive propostas de melhorias,
58 incluindo outorgas e no próprio Atlas, há um panorama dos dados analisados do mês de
59 março. João informa que no SIGA também deve haver uma frequência de atualização de
60 dados. José Paulo disse que de certa forma o escritório de projetos já teria feito a atividade
61 e que a atualização deveria ser realizada hoje no escritório de projetos e por isso, reforça as
62 entidades envolvidas e qual o setor que irá executar. Heloisa disse que é importante as
63 atualizações para poder definir as colunas de priorização; Heloisa falou que já teria novas
64 colunas que seria quem executa, a fonte, coluna de atores envolvidos e classificação de
65 maturidade das ações. Maria Lobo disse que no GT de Saneamento a Mayná Coutinho
66 trouxe os 30 rios mais poluídos que a CEDAE levantou dentro da RH-V e foi levado para a
67 RHA. Acredita ser um parâmetro bom a ser discutido com a empresa para não usar dados
68 secundários. Heloisa disse que irá elaborar colunas de acordo com as problemáticas que
69 estão sendo levantadas. Patrick Moraes disse que o status atual do SIGA é de estar em um
70 processo de homologação do módulo de instrumentos de gestão. Patrick afirmou que
71 realizou algumas contribuições para Codex e GT4W que é o consórcio que está
72 desenvolvendo o sistema de informações. No módulo de usuários cadastrados, terá um foco
73 maior e estará de forma mais simplificadas para que o Comitê possa utilizar. José Paulo
74 sugeriu realizar uma reunião conjunta e eventualmente um treinamento. José Paulo disse
75 que depois da oficina foi feito a pedido do Grupo de Segurança Hídrica e Ministério Público
76 uma reunião sobre Maricá e evoluiu para analisar a região leste de Maricá e cobrir a lista
77 que Heloisa está desenvolvendo e que já está acontecendo os atores envolvidos. João
78 Coimbra perguntou se os componentes entre si, seriam governados. Heloisa disse que não
79 estavam previstos para serem priorizados entre eles e que estava com foco na priorização
80 da ação, e que se for para estabelecer um critério de priorização dos programas teria que
81 submeter uma pesquisa e dizer se é mais importante governança, implementação e a
82 aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, compatibilização do balanço hídrico,
83 conservação restauração e segurança hídrica. José Paulo disse que não seria bom voltar
84 nisso e Heloisa disse também que acabaria voltando a uma discussão de quando estavam
85 escolhendo as linhas dos programas. João perguntou se dentro do componente de
86 governança teria seis programas e se seria priorizado. Heloisa disse que não está prevista
87 esta priorização, somente por ação. José Paulo disse que automaticamente quando prioriza
88 ação, acaba priorizando também o programa. José Paulo disse que se não houver
89 transparência não iria para frente. João sugeriu deixar bem descrito e explicado no relatório,
90 porque se for um fator que deve ser melhorado na próxima revisão, quem for pegar para ler,



91 teria a facilidade de entendimento. José Paulo disse que quando se fala em longo prazo que
92 precisa do direcionamento da equipe para os dois primeiros anos e depois os cinco anos.
93 Heloisa disse que quando for revisar o plano já teria passado por todas as discussões,
94 levantando o questionamento de por que não são priorizados os programas e linhas de
95 ações? Continuou pontuando que isto ocorre porque tudo é importante, mas quem precisar
96 de atenção primeiro conforme o momento, quando for inserido uma coluna de ordenamento
97 para considerar a maturidade, ordem de projetos ou trecho, seria resolvido melhor a
98 priorização conforme a necessidade daquele momento. Heloisa disse que só ficará faltando
99 os critérios para o item relacionado a maturidade e ter argumento técnicos para definir o tipo
100 de conceito que será abordado. José Paulo perguntou se irá ser utilizado a Análise
101 Hierárquica de Projeto - AHP. Heloisa disse que a AHP tem vários formatos, mas que aqui
102 já foi usado e que pode montar a categoria. José Paulo pontua que acha melhor no jeito que
103 já está sendo numa linguagem natural e que é bom saber que estão adotando este método.
104 Heloisa disse que sempre trabalha com ele e por ser qualitativo precisa moldar conforme a
105 necessidade do problema que está sendo solucionado e o caminho da decisão. Então,
106 poderia montar uma árvore de decisão, mas o problema de ser tão qualitativo, não chega a
107 formar uma árvore, ela cria critério de mesma ordem, como foi conversado com João que
108 não faz sentido, classificar antes a maturidade ou trecho do rio, como exemplo, isso
109 dependeria porque tem projeto que nem fala de trecho. Heloisa mostrou a árvore e deu
110 exemplos de como seria esta leitura e os objetivos, além dos significados de cada item. José
111 Paulo perguntou a Andreia, do que tinha de orçamento do Plano, se ainda teria possibilidade
112 de fazer outras oficinas. Andreia disse que de qualquer forma tem o encontro ampliados ao
113 final de cada uma das etapas e pode ser combinado como será. José Paulo perguntou
114 também sobre os Planos de Manejo. Foi respondido que teve uma reunião com a Renata
115 que é a consultora na parte de ordenamento territorial, então ela trouxe várias questões a
116 respeito e que a metodologia que segue é o que está previsto na política estadual de
117 recursos hídricos e foi transcrito para o termo de referência, fazendo o diagnóstico da área
118 e fazendo um zoneamento na região. Como proposta trabalhar com estudos que sejam
119 coerentes e adequados com o nível de informação que tem. Andreia sugeriu marcar uma
120 reunião com a participação de Renata Satiko Akiyama. Alexandre Braga disse que a
121 estratégia está sendo bastante criativa e que gostaria de que avisasse a Renata que no
122 sistema lagunar de Itaipu e Itapetininga já tem alguns estudos bem avançados e a
123 expectativas são de ter um plano de manejo. José Paulo sugeriu uma reunião com todos os
124 sistemas lagunares e seus técnicos. Alexandre Braga disse que tem muitas questões que
125 podem ser simplificadas o trabalho. José Paulo e João agradeceram pela disponibilidade da
126 RHA. A reunião foi encerrada às 18h08.

127

128

José Paulo Azevedo

129

**Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recursos
Hídricos da Baía de Guanabara**

130

131

132 Encaminhamento:

133 Agendar reunião com a RHA para discussão sobre os PMULS (Plano de Manejo de Usos
134 Múltiplos de Lagoa ou Laguna)



135

136

Lista de presença:

137

CCRON – Alexandre Braga; FioCruz – Marcos Filgueiras Jorge; Viva Cosme Velho - Maria

138

Lobo e Luciana Falcão; Apalma - Flávia Lanari Coelho; CEDAE – Mayná Coutinho, Jorge

139

Muniz e Frederico Menezes Coelho; INEA - Luiz Constantino; Instituto Terrazul - Cynthia

140

Souza; OMA – Brasil - José Paulo Azevedo e Jacqueline Guerreiro; OAB – Barra -

141

Christianne Bernardo; INEA – Luiz Constantino; RHA Engenharia e Consultoria: Andreia

142

Pedroso, Gabriela Reichert, Heloísa de Puppi e Silva e Kássia R. Bazzo. Secretaria

143

Executiva (Agevap): Ana Costa, Carolina Martins, Gabriel Macedo, João Coimbra e Patrick

144

Moraes.